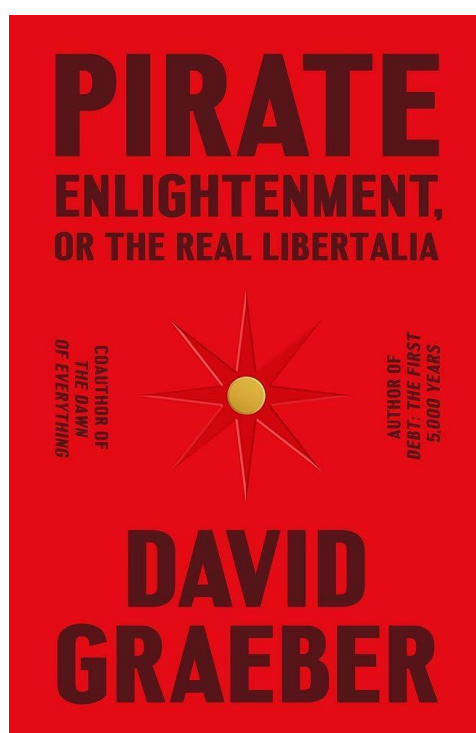


# Piratas e Malagasy à deriva de um encontro produtivo

BRUNO NASCIMENTO HUYER 

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional | Brasília, Distrito Federal, Brasil  
brunohuyer@proton.me

DOI 10.11606/issn.2316-9133.v32i2pe215627



GRAEBER, David. 2023. *Pirate Enlightenment, or the real Libertalia*. New York: Farrar, Strass and Giroux. 175pp

O argumento é singelo, lógico e ousado na mesma medida. É basicamente este: o Iluminismo, tal como o conhecemos, deve muito de suas reflexões às experiências piratas sucedidas em Madagascar. Essas, por sua vez, são produto de um contato próximo entre os Piratas europeus e os habitantes nativos da ilha. Portanto, não podemos deixar de dar



e215627

<https://doi.org/10.11606/issn.2316-9133.v32i2pe215627>

crédito aos *Malagasy*<sup>1</sup> pelo desenvolvimento dos ideais iluministas. Ou, dito de outra forma, o Iluminismo não é tão europeu assim como se pretende.

O livro sobre o qual nos debruçamos segue uma forma de ver e produzir Antropologia que se propõe a explorar as possibilidades de pensarmos o mundo, ou fragmentos dele, a partir de um olhar *descolonizante*. Embora a força argumentativa de David Graeber se imponha por meio de um rigor científico-metodológico robusto, sua preocupação com a inteligibilidade dos argumentos o faz bastante acessível, sem, com isso, deixar de propor conclusões cientificamente interessantes. Poderíamos dizer que funciona quase como um método: o autor se põe a pensar de uma forma descomplicada, lançando um olhar antropológico e não etnocêntrico sobre temas populares, pouco explorados pela Antropologia – ao final consegue atingir diferentes públicos, científicos e muito além dele.

Nesse sentido, é interessante notarmos como Graeber não se restringe a uma Antropologia de nicho, preocupada em fazer avançar o conhecimento científico por meio de pequenas ou singelas contribuições teóricas. Ao contrário, parece mais preocupado em fazer *uso* da Antropologia, no sentido de implicá-la nos mais diversos campos do conhecimento, muitas vezes marginais às preocupações teórico-epistemológicas debatidas pelos departamentos acadêmicos e universitários. Outra de suas virtudes, como Oscar Calavia Sáez observou em entrevista sobre o autor, é que Graeber parece ser uma espécie rara de “antropólogo sem complexos” (Calavia, 2020). Um antropólogo que não parece muito disposto a lançar um “olhar para si próprio” a fim de responder à herança colonialista da disciplina – algo tão comum no contexto americano no qual construiu sua formação. Antes de se demorar em discussões sobre a usurpação do lugar do outro nas relações antropológicas, Graeber se lança às inúmeras *possibilidades* que a Antropologia, e a etnografia, podem oferecer:

Anthropology also affords us new possible perspectives on familiar problems: ways of thinking about the rise of capitalism from the perspective of West Africa, European manners from the perspective of Amazonia, or, for that matter, West African or Amazonian masquerades from the perspective of Chinese festivals or Medieval European carnival. (Graeber, 2007a: 1- 2)

Dando eco a essas possibilidades que a Antropologia oferece, a reflexão de Graeber sobre os Piratas em/de Madagascar tem estreita relação com um projeto intelectual maior, voltado, segundo ele mesmo, a “descolonizar o Iluminismo”<sup>2</sup>. Aliando dados de sua própria etnografia em Madagascar, desenvolvida na década de 1990, a fontes

---

<sup>1</sup> *Malagasy* é o termo em língua nativa utilizado por grande parte da população de Madagascar para se auto denominar. Da mesma forma como é utilizado por Graeber, por tratar-se de uma denominação étnica, não sofrerá flexão à forma plural, mantendo-se sempre no singular. Optei por manter a primeira letra em maiúsculo quando estiver sendo empregado como substantivo, como em “os *Malagasy*”; quando estiver empregado como um adjetivo, como em “experiências *malagasy*”, optei por deixá-lo todo em minúsculo. Essa mesma convenção foi utilizado com relação aos Piratas.

<sup>2</sup> Sobre o qual já publicou outros textos, tais como “There Never Was a West” (Graeber, 2007b), ensaio que culminou em seu último livro publicado em português O despertar de tudo. Uma nova história da humanidade (Graeber e Wengrow 2021 [2021]), escrito em co-autoria com o arqueólogo David Wengrow.

históricas e literárias, o autor tem como objetivo elucidar as influências trocadas entre Piratas e os *Malagasy* durante o século XVIII e que levaram tanto à consolidação do Iluminismo na Europa, como a experiências políticas inéditas em Madagascar.

O que chamei de *uso* da Antropologia por parte de Graeber, nesse caso, é o fato de lançar um certo olhar antropológico sobre as fontes históricas que conseguiu reunir. Graeber constrói muito de seu argumento a partir de uma análise cruzada entre os relatos, crônicas, textos, e arquivos sobre os Piratas – contrastando-os criticamente com materiais etnográficos. Dessa forma, mesmo reiterando a escassez de fontes fidedignas sobre os acontecimentos piratas, o autor consegue apurar e refletir sobre o material encontrado a partir de uma comparação crítica com as etnografias da região.

É importante ressaltar que Graeber decide escrever sobre a experiência pirata em Madagascar primeiro porque ficou sabendo dela ainda em campo, quando lhe relataram o fato de que muitos Piratas haviam se estabelecido na região, e que, ainda mais surpreendente, seus descendentes permaneciam existindo enquanto um grupo auto-identificado, os Zana-Malata. Embora nunca tenha tido oportunidade de estender sua etnografia para a região dos Zana-Malata, Graeber conseguiu reunir uma série de relatos, livros e crônicas que permitiram a empreitada do livro<sup>3</sup>.

Quando se debruçou sobre a questão, Graeber buscava primeiro entender a possibilidade real da existência de *Libertalia*, a suposta colônia pirata em Madagascar que teria desenvolvido governos autogestionados. Ainda que descarte sua existência logo no início do livro, pelo menos da forma como foi traçada pelo imaginário ocidental – enquanto uma sociedade livre de poder centralizado – as pesquisas sobre a jornada pirata na costa de Madagascar levaram-no a perceber que ocorreram experimentos sociais radicais relacionados a diferentes formas de governo e arranjos de propriedade na ilha. Tais experiências, afirma, foram determinantes para o desenvolvimento do Iluminismo tal qual o conhecemos, tanto pelas notícias e conversas que circulavam na Europa a respeito dos Piratas, como pelos experimentos que de fato ocorriam em Madagascar:

(..) and to make a case that in a broader sense *Libertalia* did exist, and that it could indeed be considered, in a sense, the first Enlightenment political experiment. And that many of the men and women who brought this experiment into being spoke Malagasy (...) I would even go so far as to suggest that they did indeed represent some of the first stirrings of Enlightenment political thought. (Graeber, 2023: 17)

*Pirate Enlightenment, or the real Libertalia* é dividido em três partes, além do prefácio e da conclusão. A primeira parte discute os interesses que levaram os Piratas à Madagascar e os motivos do sucesso obtido, ao contrário dos colonizadores europeus anteriores que não haviam conseguido fixar residência na ilha. Segundo Graeber, muito se deu por se recusarem ao tráfico de escravos e ao papel significativo que as mulheres locais desempenharam nesse arranjo. Na segunda parte do livro, ele se debruça sobre isso, sobre

---

<sup>3</sup> Em realidade, como revela Graeber, este trabalho é um desdobramento do que seria apenas um capítulo de outro livro, que foi de fato publicado, chamado *On kings* (Graeber; Sahlins, 2017) escrito em co-autoria com Marshall Sahlins.

o ponto de vista dos habitantes de Madagascar, em especial sobre o papel central que as mulheres nativas desempenharam para o sucesso do encontro entre eles, os *Malagasy* e Piratas, na medida em que passaram a centralizar o comércio dos bens que aportavam na ilha. A terceira e última parte orbita na figura de Ratsimilaho, filho de um pirata inglês e uma mãe *malagasy* que teria comandado uma aliança entre diferentes clãs para formar a Confederação Betsimisaraka, grupo reconhecido por práticas igualitárias de organização comunitária e que, segundo Graeber, parece ter fundido os princípios e modelos políticos das embarcações piratas com as formas tradicionais de fazer política na ilha.

Começando pela primeira parte, Graeber ilustra como Madagascar passou a ser vista como um ponto estratégico importante aos Piratas no fim do século XVII. A ilha estava próxima da rota de toda sorte de bens que circulavam pelo Oceano Índico, em especial ao fluxo comercial entre Europa e Índia. Fixando-se em Madagascar, eles conseguiriam muito mais do que apenas uma terra para chamar de sua: teriam, ali, maiores possibilidades de sucesso em assaltos rápidos contra os navios que circulavam pela região. Além disso, a ilha se mostrava um local interessante para dar cabo de todos os espólios adquiridos nos assaltos, já que as cortes europeias já estavam bastante mobilizadas para o rastreamento de qualquer movimentação comercial suspeita após identificarem roubo de alguma embarcação.

A ilha já havia sido objeto de tentativas anteriores de domínio colonial europeu que não prosperaram. Para Graeber, não teriam prosperado porque, em primeiro lugar, o racismo impediu os europeus de se integrarem totalmente com a sociedade *malagasy* através de casamentos. Depois, porque os europeus faziam uso recorrente da violência e não se ofereciam como possíveis parceiros no comércio de bens entre os *Malagasy*.

O contato pirata com os habitantes de Madagascar foi bastante diferente. Quando chegaram, no final do século XVII, a sociedade *malagasy* era marcada por diversas guerras internas, e começara a surgir uma primeira elite de aspecto guerreiro, com um sistema hierárquico marcado – distante, portanto, de uma sociedade igualitária, por mais que fosse um sistema político comunitário. Segundo Graeber, os Piratas neste período, diferentemente das investidas europeias anteriores, passaram a contrair casamentos com as filhas das lideranças locais. Com isso, além de constituírem famílias na região, rapidamente os clãs e comunidades locais passaram a fazer parte da rota de bens comerciais e artigos saqueados das embarcações. Quem centralizou esse fluxo de bens dos Piratas para Madagascar foram suas mulheres, que passaram a assumir o controle de suas riquezas e, com os Piratas, a criar efetivamente as cidades portuárias que dominariam a história subsequente da costa.

Graeber defende que, além disso, com seu estabelecimento em terra, de algum modo, os Piratas passaram a expandir os arranjos sociais que tinham em suas embarcações e que haviam surgido quase como *recusa criativa* das sociedades europeias estratificadas. Ou seja, passaram a levar para Madagascar as formas políticas e organizacionais predominantemente libertárias que praticavam em seus navios, impactando as formas locais de organização política. De certo modo, a ilha inteira foi impactada por esse contexto, tendo influenciado sua economia, política e fazendo surgir novos arranjos que iriam se desenvolver ao longo da história de Madagascar.

Como relata Graeber, ao formarem comunidades em Madagascar e serem procurados por autoridades europeias incomodadas com os saques, muitos Piratas passaram a se declarar reis, reivindicando poder sobre contingentes territoriais e populacionais da ilha, mas que, na verdade, não passavam de encenações. Graeber traz registros de que a Europa passou a receber delegações inteiras de (falsos) reis Piratas. Como possuíam recursos em abundância, conseguiam executar uma performance bastante fidedigna das cortes metropolitanas, mesmo sem qualquer lastro real de seu poder em termos de dominação territorial em Madagascar. Ávidas pelo fim dos ataques às suas embarcações, as cortes acabavam acreditando em muitas dessas encenações, dando eco aos boatos e histórias de grandes reinos piratas em Madagascar que viriam a influenciar os futuros pensadores iluministas.

Na última parte do livro, Graeber tenta avançar sobre os efeitos que teriam sido produzidos pelo encontro entre Piratas e os *Malagasy*. Segundo ele, por volta da metade do século XVIII, já misturados umbilicalmente com os Piratas e bastante influenciados por suas formas políticas, os movimentos políticos locais se reorganizaram. Essa fusão, segundo ele, é representada pela criação da Confederação Betsimisaraka, sob a liderança de Ratsimilaho.

Ratsimilaho, como citado anteriormente, foi um filho de pirata inglês com uma habitante nativa de Madagascar. Depois de não se adaptar em Londres, quando passou um período estudando junto a seu pai, decidiu voltar para Madagascar e assumir o controle do porto de Ambovombe, atual cidade de Foulpointe, localizada no nordeste da ilha, que estava sob propriedade de seu pai e família e a quem ele buscava suceder. Na mesma região, um pouco mais ao norte da costa, Graeber afirma que um novo grupo estava se formando naquele momento, os Tsikoa, que de alguma forma reproduziam os modelos de poder tradicionais, baseados em agrupamentos contingenciais de líderes guerreiros. Esse grupo, predominantes no interior de Madagascar, começava a dominar portos no nordeste da ilha e, em busca de maior poder comercial, voltara a apoiar o tráfico de escravos. Sob a liderança de Ratsimilaho, propondo uma nova forma de se organizar por meio de assembleias públicas, mas também para se contrapor aos traficantes de escravos, a Confederação Betsimisaraka começa a angariar aliados até vencer por completo os Tsikoa e se estabelecer como forma de governo da costa.

Ao reproduzir um sistema descentralizado e participativo de autogoverno que emulava em muito aquilo que se encontrava nas embarcações piratas e que já era de influência geral na ilha, para Graeber, a Confederação Betsimisaraka é o experimento político mais representativo do *encontro* entre Piratas e os *Malagasy* desde um ponto de vista local. Graeber consegue identificar mudanças significativas ocorridas nos rituais de juramento produzidos pela Confederação, onde a aliança entre os diferentes grupos, as palavras pronunciadas nos rituais, os gestos e promessas realizados, todos indicavam uma nova forma de fazer política, em que figurava um sistema descentralizado e participativo de autogoverno ao mesmo tempo em que se respeitava as formas tradicionais de poder de cada região. Ainda que tomado pela influência pirata, era uma verdadeira fusão produzida pelo encontro.

Na Europa, com esse vai-e-vem de Piratas experimentando arranjos sociais e políticos diversos em terra, criando famílias em Madagascar e se misturando com formas

locais de organização *malagasy*, somado às delegações “reais” que visitavam as cortes, só aumentavam os boatos e histórias sobre seus feitos, produzindo uma profusão de imaginações e experiências que fizeram parte do imaginário europeu da época. É a partir desse quadro de influências mútuas que começa a fazer sentido para Graeber sugerir a influência de Madagascar e das experiências piratas *malagasy* nos ideais iluministas:

Were pirate kingdoms and pirate utopias being discussed in the salons of Paris under Louis XV? It's hard to imagine that they weren't, since at the time, they were being discussed virtually everywhere else (Graeber, 2019: 190)

Apenas para ilustrar como o assunto circulava em solo europeu e na mesma época em que os ideais iluministas passavam a tomar forma, Graeber relembra que em 1712 estreava em Londres a peça *The Successful Pirate*, de Charles Johnson, peça na qual Piratas criam um reino em Madagascar, sendo considerada o primeiro drama a apresentar, diante de um público popular, Thomas Hobbes e John Locke envolvidos por ideias proto-iluministas. Em 1720, Daniel Defoe publica seu livro sobre o pirata Henry Avery, exatamente um ano antes, pontua Graeber, do Barão de Montesquieu publicar a considerada primeira grande obra do iluminismo francês, as *Cartas Persas*.

O exercício de Graeber no livro parece ser, portanto, uma certa provocação contra a ideia de que os pensamentos e movimentos que marcaram a história devam ser encarados como propriedade de alguns poucos personagens inspirados. Ao cristalizarmos essa forma de lidarmos com os acontecimentos históricos e seus personagens, deixamos de lado uma série de influências diversas que foram igualmente responsáveis pelo surgimento de ideias, pensamentos e ações políticas importantes. E Graeber faz isso não somente com relação aos pensadores iluministas europeus, mas também com o próprio Ratsimilaho que, antes de pensá-lo como um rei de poder centralizador do movimento Betsimisaraka, Graeber procura mostrar que não estava sozinho, que na verdade facilitou um movimento muito mais horizontal do que algumas fontes buscam defender.

É interessante pensar que, embora o objetivo principal de Graeber seja elucidar essas influências não europeias do movimento iluminista, a força do livro parece residir muito mais nos resultados produtivos e extremamente ricos do contato entre os Piratas e os habitantes de Madagascar. O argumento sobre a permeabilidade dos iluministas aos acontecimentos, experiências e pensamentos piratas e *malagasy* parece menor quando comparado a esse quadro etnográfico que passa a emergir a respeito do que foi o movimento pirata e sua relação próxima com os habitantes da ilha, tendo produzido reflexos importantes na região, em especial para a relação das mulheres locais e seus filhos com as práticas e experiências políticas descentralizadas que seriam construídas depois de sua chegada. Ao fim do livro, temos um quadro totalmente distinto sobre o “fenômeno” pirata como normalmente é produzido e *ficcionalizado* em obras sobre o tema. Agora, somos tomados pelas lógicas *malagasy* que estão intimamente conectadas ao fenômeno. É por esse motivo que a tentativa de fazê-los os primeiros representantes iluministas parece menor quando comparada à riqueza desse desvelamento de influências mútuas. Na medida em que, nesse processo, não é só o Iluminismo que se torna menos europeu, mas também os próprios Piratas.

Reforçando essas influências, elucidando seus termos e seus fins, Graeber lança um olhar antropológico sobre a historiografia, tentando mostrar a agência nativa *malagasy*

sobre experiências políticas e pensamentos supostamente europeus, nos transportando em um verdadeiro exercício de imersão na história de Madagascar e seus habitantes. Se os iluministas foram tomados pelas experiências piratas ou não, é importante que a própria historiografia busque os rastros iluminados por Graeber. Como conclusão, só podemos reconhecer a força política e a permeabilidade dos encontros entre o autor, os Piratas e os *Malagasy*.

### Referências Bibliográficas

- ALBERT, Bruce. 1995. “Anthropologie appliquee ou “anthropologie impliquee”? Ethnographie, minorites et developpment.’ In *Les aplication de l’anthropologie: un essai du reflexion colletive depuis de la France* organizado por Jean Francois Bare, 87-118. Paris: Editions Khartala.
- CALAVIA SÁEZ, Oscar. 2020. *Comentários acerca de la obra de David Graeber*. Youtube, 20 nov 2020. Disponível em: < [www.youtube.com/watch?v=W0MqKmLKO1o](http://www.youtube.com/watch?v=W0MqKmLKO1o) >. Acesso em 29 ago. de 2023.
- GRAEBER, David. 2007a. *Possibilities: Essays on Hierarchy, Rebellion, and Desire*. Oakland: AK Press.
- GRAEBER, David. 2007b. “There Never Was a West: Or, Democracy Emerges From the Spaces in Between”. In *Possibilities: Essays on Hierarchy, Rebellion, and Desire*, 329-364. Ockland: AK Press.
- GRAEBER, David. 2023. *Pirate Enlightenment, or the real Libertalia*. New York: Farrar, Straus e Giroux.
- GRAEBER, David; SAHLINS, Marshall. 2017. *On kings*. Chicago: HAU Books.
- GRAEBER, David; WENGROW, David. 2022 [2021]. *O despertar de tudo*. Uma nova história da humanidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1ª ed.

### sobre o resenhista

#### Bruno Nascimento Huyer

Doutorando em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio grande do Sul (2024). Mestre em Antropologia Social pela Universidade Federal de Santa Catarina. Atualmente é Antropólogo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

**Autoria:** O autor é responsável pela coleta de dados, sistematização e síntese dos argumentos apresentados ao longo do texto, bem como por sua escrita.

**Financiamento:** Não houve financiamento para produção da resenha.Recebido em 02/09/2023. Aprovado para publicação em 26/09/2023.